

O caso do ditado das quatro palavras e uma frase na alfabetização

Patrícia Camini

Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagem e Alfabetização (GEALFA/CNPq). Licenciada em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação (UFRGS).

Resumo

O artigo apresenta uma leitura possível para as origens do uso do ditado das quatro palavras e uma frase na alfabetização, o qual se efetiva por meio da classificação das escritas em níveis descritos por Emília Ferreiro e Ana Teberosky na obra *Psicogênese da língua escrita*. A partir de pesquisa de caráter bibliográfico e documental, argumenta-se que o ditado produz uma visibilidade que, organizada em certa cronologia, é significada em um discurso que faz aparecer a evolução das escritas infantis até o estágio alfabético. Por fim, entende-se que emergiu uma nova configuração de práticas para alfabetizar crianças em níveis heterogêneos de escrita em uma mesma turma - e não mais em turmas diferentes para cada nível de maturidade, como promoviam os Testes ABC, de Lourenço Filho.

Palavras-chave: Alfabetização; Níveis de escrita; Ditado.

Abstract

The case of the dictation four words and a sentence in literacy

The article presents a possible reading for the origins of the use of the dictation four words and a sentence in writing instruction, which is effective through the classification of writing at levels described by Emilia Ferreiro and Ana Teberosky in the book *Literacy before schooling*. By using a bibliographic and documentary research approach, we argued that the dictation produces a visibility that, organized in a certain chronology, is signified in a discourse that shows the evolution of children's writings up to the alphabetical level. Finally, we understood that a new configuration of practices to teach children to write in heterogeneous levels of writing in the same class has emerged - no longer in different classes for each level of maturity, as promoted by the ABC Tests, by Lourenço Filho.

Keywords: Literacy; Levels of writing; Dictation.

Resumen

El caso del dictado de las cuatro palabras y una frase en la alfabetización brasileña

El artículo presenta una lectura posible para los orígenes del uso del dictado de las cuatro palabras y una frase en la alfabetización, el cual se efectúa por medio de la clasificación de las escrituras en niveles descritos por Emilia Ferreiro y Ana Teberosky en el libro *Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño*. A partir de investigación bibliográfica y documental, se argumenta que el dictado produce una visibilidad que, organizada en cierta cronología, es significada en un discurso que hace aparecer la evolución de las escrituras infantiles hasta la etapa alfabética. Por último, se entiende que surgió una nueva configuración de prácticas para alfabetizar niños en niveles heterogéneos de escritura en una misma clase - y no más en clases diferentes para cada nivel de madurez, como promovían los Testes ABC, de Lourenço Filho.

Palabras clave: Alfabetización; Niveles de escritura; Dictado.

1. Introdução¹

Até o início do século XX, as práticas escolares de avaliação e classificação da escrita de crianças na alfabetização tomaram como foco a beleza do traçado; após esse período, abriram-se novas perspectivas nesse campo de práticas, a partir de estudos da psicologia sobre o comportamento da criança ao escrever, ocasionando o questionamento do foco do ensino da escrita na estética caligráfica.

Ainda houve uma convivência entre essas duas matrizes de análise das escritas infantis durante o século XX. No caso do Brasil, a ampliação do acesso à alfabetização coincide com a disseminação da aplicação das classificações sugeridas por Lourenço Filho (1952) nos *Testes ABC*, que procuravam aferir a maturidade psicológica da criança para a aprendizagem da escrita.

A obsolescência de avaliações estéticas da escrita na alfabetização está relacionada a efeitos da repercussão da obra *Los sistemas de escritura en el desarrollo del niño*, de *Emília Ferreiro e Ana Teberosky*. Em 1985, a obra foi lançada no Brasil com o título *Psicogênese da língua escrita*². As autoras deslocaram a relação até então estabelecida entre início da aprendizagem da escrita e necessidade de maturidade cognitiva, auditiva e motora, defendendo que as crianças pensam e aprendem sobre a escrita muito antes de entrarem na escola. Essa obra logo tornou-se um fenômeno editorial no país, sendo um de seus efeitos a redefinição, na pedagogia da alfabetização, entre o que é válido ou não de ser avaliado na escrita infantil.

Práticas pedagógicas específicas por níveis psicogenéticos de conceitualização da escrita começam a aparecer nas escolas, baseadas no trabalho dessas autoras, a partir de aferição via ditado das *quatro palavras e uma frase*.

A partir do panorama anunciado, este artigo apresenta e discute uma leitura possível para as origens do ditado das *quatro palavras e uma frase*, o qual se efetiva por meio da prática de classificar as escritas infantis de acordo com a matriz psicogenética de Ferreiro e Teberosky (1985).

1 Este artigo deriva da pesquisa realizada para a tese de doutorado da autora, a qual foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para mais informações, consultar Camini (2015).

2 Doravante, farei referência a essa obra pelo uso do termo *Psicogênese*.

2. O professor realiza diagnósticos: dos Testes ABC ao Teste das quatro palavras e uma frase

Nas décadas de 1920 e 1930, eclodiu um “movimento de testes” nas escolas brasileiras (MONARCHA, 2008). Variadas publicações apareceram propondo exames para a avaliação das capacidades intelectuais das crianças, respaldadas por experimentos que ressaltavam o poder da psicologia associada à pedagogia. Esse “movimento de testes” teve seu auge com a ampla implementação dos *Testes ABC*, criados por Lourenço Filho na década de 1930.

Lourenço Filho movia-se por um entusiasmo transformador no intento de reformar a escola brasileira, apoiado em estudos de autores ligados à escola de psicologia franco-genebrina, como Claparède, Binet e Ferrière (MONARCHA, 2008). Na década de 1920, como professor da Escola Normal da Praça da República, em São Paulo, Lourenço Filho desenvolvia pesquisas no Laboratório de Psicologia Experimental dessa instituição, já preocupado em “padronizar a mensuração da maturidade psicológica para exames de escolares analfabetos de 6 a 8 anos” (MONARCHA, 2008, p. 10). Submetendo a exames psicológicos os alunos das escolas anexas à Escola Normal, Lourenço Filho desenvolveu as bases dos *Testes ABC*, o qual alcançou doze edições e sessenta e dois mil exemplares vendidos entre 1934 – ano da primeira edição – e 1974. Deve ser considerada, ainda, a circulação de *Testes ABC: caixa com 100 fórmulas individuais* e de *Testes ABC: material completo*, que continham os materiais para os testes e que também venderam milhares de exemplares. Conforme Mortatti (2006), *Testes ABC: material completo* ainda sobreviveu à década de 1980, tendo sido editado até 1985.

O amplo aproveitamento dos *Testes ABC* não pode ser analisado de forma desvinculada da evolução crescente das matrículas escolares no país (MONARCHA, 2008) e dos altos índices de insucesso na alfabetização. Urgia a necessidade de aumento do rendimento na alfabetização, aferindo os conhecimentos da população ingressante no sistema escolar.

Os *Testes ABC* eram compostos por oito testes que visavam mensurar a maturidade cognitiva e psicomotora para a aprendizagem da leitura e da escrita. Após a realização dos testes, as escolas deveriam organizar os alunos em turmas por níveis semelhantes de maturidade; acreditava-se, assim, ser possível desenvolver um ensino adaptado à diversidade de condições de aprendizagem.

Os professores avaliavam os resultados em uma escala de 0 a 24 pontos, da se-

guinte forma: abaixo de 11 pontos = nível inferior; de 12 a 16 pontos = nível médio; de 17 a 24 pontos = nível superior. Acima de 18 pontos, havia a «previsão de que a criança [aprenderia] a ler e a escrever em um semestre letivo, sem dificuldade ou cansaço” (MONARCHA, 2008, p. 109); entre 11 e 16 pontos, a previsão era de um ano letivo para conclusão da alfabetização; e, totalizando menos de 7 pontos,

[...] pode-se garantir que o ensino escolar comum, *sem especial atenção a êsses casos individuais*, será improficuo. Para êsses casos, fazem-se necessários exames complementares, como os de saúde e nível mental, à vista do quais se lhes poderá fornecer tratamento adequado (MONARCHA, 2008, p. 109).

Lourenço Filho (1952), ainda na introdução dos *Testes ABC*, critica a escola que trabalha tendo em vista um “aluno-médio”, criado hipoteticamente. Dever-se-ia conhecer as condições cognitivas de aprendizagem dos alunos para poder adaptar os instrumentos de ensino, e não o contrário. O professor, então, deveria traçar perfis individuais e também o perfil da sua turma: “Aconselha-se a elaboração de um *perfil individual*, para consideração mais detida das capacidades de cada criança, e a de um *perfil de classe*, para visão de conjunto da capacidade média da classe” (MONARCHA, 2008, p. 44).

Esse processo de avaliação e organização das turmas, no entanto, não era ponto pacífico entre professores. O relato a seguir mostra o olhar da professora Lucy sobre sua experiência com os *Testes ABC*, entre as décadas de 1950 e 1960, e contribui para documentar outros sentidos produzidos dentro das escolas sobre esses instrumentos de avaliação:

Uma coisa eu achava errado - catalogar as turmas e os alunos - e vim a confirmar isso quando fui trabalhar na Escola Anexa do IE. É que, às vezes, a criança que tinha um teste baixo não teria tantas possibilidades de se desenvolver numa classe só de testes baixos, como quando estava misturada com os outros. Eles conseguiam alcançar os outros e se sair melhor nessa situação do que se estivessem numa classe dominada por teste baixo. No início do ano, se juntavam todas as crianças do primeiro ano numa turma. Ficavam juntas umas sessenta crianças. Era um inferno! Enquanto duas professoras da primeira série iam aplicando o teste, outras duas ficavam dentro daquela sala. Ficávamos trabalhando dentro daquela sala umas duas, três semanas, até conseguirmos aplicar todos os testes. Depois de avaliá-los, se fazia a repartição das turmas (TRINDADE, 2010, p. 120).

Nas palavras de Lourenço Filho (1952), os *Testes ABC* seriam de “fácil aplica-

ção” e serviriam para realização de “diagnóstico” e “prognóstico” na alfabetização. A partir do relato acima, questiona-se se os *Testes* seriam de fácil aplicação do ponto de vista da psicologia ou da pedagogia, pois observa-se que sua introdução não deve ter sido de fácil operacionalização nas escolas.

Aplicar testes e catalogar respostas via rudimentos de tratamento estatístico significou fazer emergir o sujeito psicológico na alfabetização. Nikolas Rose (2008, p. 157) afirma que

[...] a psicologia se moveu, no final do século XIX, da tecnologia investigativa do experimento para a tecnologia julgadora do teste. O teste é um novo tipo de exame que não é clínico nem pedagógico, [...] é na verdade modelado para relacionar uma pontuação a um indivíduo. O teste é uma maneira de materializar a mente.

A lógica do teste psicológico, aplicada à pedagogia, faz com que as possíveis ameaças à alfabetização tornem-se visíveis e calculáveis no âmbito da sala de aula. O professor deveria acumular essas informações dos testes, realizados com certa frequência, e saber utilizá-las para planejar o meio escolar visando uma melhor adaptação do indivíduo, segundo o seu perfil.

Embora os *Testes ABC* apresentem a alfabetização em perspectiva associacionista, é possível perceber neles a emergência de referências que dão início à criação de um nexo entre aprendizagem e noção de processo, com claras reverberações do evolucionismo de Charles Darwin na área da psicologia. Haveria um *processo* de evolução biológica que se manifestaria em diferenças nas condições de aprendizagem de criança para criança.

Naquilo que chamamos capacidade de aprender influem processos evolutivos, que não estão submetidos apenas ao *fator considerado como constante*, o tempo de vida. Mas, assim também, *fatores variáveis*, intrínsecos e extrínsecos. Êstes não se apresentam idênticos em cada criança; são, ao contrário, personalíssimos. Julgar da capacidade de aprender tão-somente pela idade cronológica será desconhecer os fundamentos do próprio processo de desenvolvimento (LOURENÇO FILHO, 1952, p. 17-18, grifo do autor)

Desse modo, o ensino da leitura e da escrita no Brasil começa a amarrar-se à

ideia de que cada criança teria um processo “personalíssimo” de aprendizagem, como sublinhado por Lourenço Filho na passagem acima. Identificar e respeitar as etapas do “processo do aluno”, portanto, é um discurso que já aparecia na década de 1930 no Brasil, como já referido por Mortatti (2006).

Também sob o enfoque *darwinista*, os estudos de Jean Piaget começam a repercutir na alfabetização brasileira. Maria Cecília Micotti (1980), em *Piaget e o processo de alfabetização*, mostra o resultado de suas pesquisas desde o final da década de 1960, argumentando que a alfabetização precisa ser vista como um processo que ocorre de forma relacionada às etapas de desenvolvimento da inteligência descritas por Piaget. Assim, determinadas estruturas mentais seriam necessárias para a aprendizagem da leitura e escrita. Como cada aluno estaria em um determinado momento de seu processo de desenvolvimento dessas estruturas mentais, ao professor caberia a função de diagnosticar esses processos individuais. Para que isso ocorra, Micotti (1980, p. 136, grifo nosso) faz o seguinte alerta:

Para um ensino centrado no aluno torna-se difícil encontrar já confeccionado um conjunto de tarefas que corresponda exatamente às necessidades individuais. Entretanto, é possível que a utilização de recursos desta natureza venha servir de complemento para outras atividades compostas pelo professor. O significado prático das diretrizes propostas evidencia a dificuldade de antecipar de maneira pormenorizada todos os trabalhos necessários para atender as características de diferentes alunos. A efetivação desta tarefa é favorecida pelo estudo do desenvolvimento cognitivo que constitui subsídio para o *diagnóstico* das condições de aprendizagem e para a previsão de tarefas relativas aos diferentes estádios.

O trabalho de Micotti (1980) permite mostrar a forma como estudos *piagetianos* começavam a ganhar terreno no Brasil, associando-se a outros discursos da psicologia do desenvolvimento, como os de Claparède, cujo grande porta-voz por aqui foi Lourenço Filho. A alfabetização como processo, no entanto, só ganhou ampla validade com a constituição de um poderoso regime de verdade, a partir da pesquisa que deu origem à *Psicogênese* (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985).

A pesquisa de mestrado de Jaqueline Moll, desenvolvida em Porto Alegre entre 1988 e 1991, é ilustrativa do abastardamento dos *Testes ABC* pela concorrência com os discursos construtivistas na alfabetização. Moll (1996) analisou duas turmas, em escolas diferentes, que ampliaram o número de alunos alfabetizados na antiga pri-

meira série a partir de práticas construtivistas, baseadas nos estudos da *Psicogênese*. Sobre uma das escolas pesquisadas, há o seguinte relato a respeito das práticas na alfabetização até o final da década de 1980:

Era realizada uma classificação das turmas de acordo com o Teste ABC e a opinião pessoal da professora. Era também aplicada uma ‘cartilha’ produzida pelos professores da escola. A ‘cartilha’ contemplava período preparatório e lições estruturadas para o trabalho com vogais, encontros vocálicos e famílias silábicas (MOLL, 1996, p. 132).

Colhendo relatos de professores e supervisores escolares, Moll (1996, p. 134) localiza em um mesmo “pacote” o descarte dos *Testes ABC*, das cartilhas, do período preparatório e das bancas de leitura como resultantes de um novo momento na alfabetização - um momento de suposta desativação do “esquema tradicional”:

Em 1989, os professores da 1ª série, acompanhados pela supervisão pedagógica, optaram por uma mudança estrutural na prática pedagógica em alfabetização, excluindo totalmente os Testes ABC, as cartilhas, o período preparatório exclusivamente psicomotor e as bancas de leitura. [...] A quebra desse esquema tradicional se deu pela realização de um amplo processo de estudos sobre o construtivismo piagetiano e sobre as descobertas psicogenéticas de Emília Ferreiro e colaboradores em relação à língua escrita. O trabalho de formação, iniciado em 1988, desenvolveu-se no espaço semanal destinado às reuniões pedagógicas (MOLL, 1996, p. 134).

Em lugar de turmas organizadas por perfis de maturidade para a alfabetização, na pesquisa da autora é possível encontrar a emergência de um novo sistema de organização que passou a autorizar a “heterogeneidade” de aprendizagens: “[Houve] uma preocupação em manter e estimular a heterogeneidade. As diferenças não aparecem mais como estigmas, mas como elementos que enriquecem a interação” (MOLL, 1996, p. 124). Nesse processo em que a heterogeneidade cognitiva e motora na alfabetização passou a ser interpretada em outra discursividade, cumpre notar a função advocatícia operada pela apresentação dos níveis psicogenéticos de escrita, na obra de Ferreiro e Teberosky (1985). Os que escreviam com bolinhas e/ou risquinhos poderiam, por fim, alfabetizar-se na mesma sala dos que iniciavam o ano letivo escrevendo com letras.

Em vez de avaliar a maturidade, as escolas, a partir de então, deveriam avaliar

as hipóteses construídas pela criança sobre o funcionamento da escrita. Para isso, a prática de avaliação dessas hipóteses passou a ser realizada via procedimento bastante usual na alfabetização, semelhante a um teste³: o ditado. Realizar um *diagnóstico*, como também queria Lourenço Filho, continuaria a ser essencial à alfabetização, mas agora sob novas regras discursivas.

Na próxima seção, passo à análise dos níveis de escrita psicogenéticos que servem de base para a catalogação dos resultados do ditado das *quatro palavras e uma frase*. Em seguida, discuto a invenção⁴ desse novo teste.

3. Os níveis psicogenéticos de escrita e a invenção de um novo teste

Ferreiro e Teberosky (1985) apresentam cinco níveis evolutivos pelos quais a criança passaria ao apropriar-se do sistema de escrita alfabética, com base nos estudos sobre a psicogênese da inteligência, de Piaget. Os níveis procuram dar conta do processo psicogenético da criança, que repetiria o processo sociogenético da escrita. Isto é: ao aprender a escrever, a criança reconstituiria cognitivamente o processo de desenvolvimento da escrita alfabética ocorrido nas sociedades ocidentais, passando dos pictogramas à escrita silábica e, só posteriormente, à escrita alfabética.

Para Piaget (1964), o sujeito está em contínua adaptação ao meio, produzindo respostas cognitivas que procuram construir e reconstruir informações que recebem por meio de interações com o meio. Para interpretar essas informações, o sujeito formularia esquemas cognitivos que passariam por constantes processos de equilíbrio; isso porque, como o sujeito recebe dados do ambiente continuamente, há a necessidade de integrar os novos estímulos às estruturas cognitivas já existentes⁵.

Não se pode perder de vista que Piaget formula sua teoria sobre a inteligência e a aprendizagem em contraposição às teorias associacionista e behaviorista. Não à

3 No Rio Grande do Sul, esse ditado é geralmente nomeado pelas alfabetizadoras como “teste”, “testagem” ou “sondagem”. Procurando por essa informação em trabalhos publicados em anais de eventos como o I, II e III Congresso Brasileiro de Alfabetização (CONBAIf) e no GT 10 - Alfabetização, Leitura e Escrita da ANPEd, foram encontrados os mesmos termos para se referir ao ditado.

4 Nesta pesquisa, refiro-me ao termo *invenção* no sentido que lhe é atribuído por Albuquerque Júnior (2007), como um dado momento histórico que marca certa ruptura ou outro modo de pensar as práticas e objetos.

5 Esse funcionamento da aprendizagem é explicado por Piaget por meio da famosa metáfora da espiral do conhecimento.

toa esse autor criticou muitas vezes os métodos escolares baseados no esquema estímulo-resposta, que não levariam em conta a “natureza da criança” e as “leis de desenvolvimento da inteligência” (PIAGET, 2013b). Em artigo publicado na *Enciclopédia Francesa*, em 1965, Piaget (2013a) argumenta incisivamente a favor de avaliações de controle de rendimento de métodos pedagógicos. Ele questiona o fato de a pedagogia contentar-se com “opiniões” e “bom-senso” e não com pesquisas experimentais.

Emília Ferreiro foi uma das ex-alunas de Piaget que se lançou no caminho das pesquisas experimentais, investigando via testes possíveis leis de desenvolvimento, nesse caso, da escrita na criança. O grupo de pesquisadoras liderado por Ferreiro⁶ trabalhou três anos (1974, 1975 e 1976) estudando crianças argentinas de 4 a 6 anos. O estudo contou com a participação de 108 crianças que frequentavam a escola pela primeira vez e que eram consideradas ou de classe média ou de classe baixa, de acordo com a renda de seus familiares. As crianças foram entrevistadas ao longo de um ano - no início, no meio e no final do ano letivo. Essas entrevistas eram individuais, nas salas das escolas das crianças, com duração de 20 a 30 minutos. Baseado no método clínico de Piaget, as autoras implementaram nessas entrevistas o *método de indagação* (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985).

Ferreiro e Teberosky (1985) iniciam a obra da *Psicogênese* criticando pressupostos em que se baseiam os grandes métodos de ensino em voga à época para ensino da leitura e escrita. O método, como estímulo, não atuaria diretamente no sujeito; ou seja, por si só não produziria aprendizagem. Para que isso ocorresse, seria necessário colocar o sujeito em ação cognitiva frente ao seu objeto de conhecimento - nesse caso, a língua escrita. O processo de aprendizagem, portanto, é o que seria possível observar, por meio da análise das hipóteses que a criança formula em contato com a língua escrita, a partir do momento em que caracteriza um traçado como uma representação simbólica que objetiva comunicar alguma coisa.

Embora a pesquisa de Ferreiro e Teberosky (1985) também se detenha na análise de hipóteses das crianças sobre a leitura, foi o capítulo 6, intitulado *A evolução da escrita*, que teve maior penetração nas discussões pedagógicas no Brasil. Nele, apre-

6 Segundo Márcia Mello (2007), Ferreiro terminou seu doutorado em 1970 e retornou para Buenos Aires. Lá, montou um grupo com pesquisadoras auxiliares para continuar seus estudos sobre a gênese da escrita das crianças. Entre as pesquisadoras, estavam Ana Teberosky, Liliana Tolchinsky, Ana Maria Kaufman, Susana Fernández e Alicia Lenzi. A publicação da pesquisa só ocorreu em 1979, no México, com Ferreiro e outros membros do grupo já em exílio devido a perseguições da ditadura na Argentina.

senta-se a trajetória de conceitualização da escrita de crianças em cinco níveis evolutivos, até a emergência da escrita alfabética. Esses cinco níveis são descritos a seguir, conforme propostos pelas autoras Ferreiro e Teberosky (1985):

Nível 1: a criança escreve imitando traços reconhecidos como típicos da escrita.

Nível 2: a criança cria a hipótese de que para poder ler coisas diferentes deve haver uma diferença objetiva na escrita. Em função disso, ela investe na diferenciação de seus grafismos, aproximando-os das letras. Podem aparecer hipóteses como a de que é necessário grafar ao menos três caracteres variados para que um registro seja considerado como escrita. As letras mais utilizadas podem ser as do nome da criança, já que se trata de uma das primeiras escritas estáveis de seu conhecimento.

Nível 3: a criança tenta atribuir valor sonoro à escrita, registrando uma letra para cada sílaba, que pode ou não ser utilizada com um valor sonoro estável.

Nível 4: nível marcado pelo conflito entre a hipótese silábica e a exigência de quantidade mínima de caracteres, o que geraria a necessidade de fazer uma análise da palavra além da sílaba, gerando escritas com padrão tanto silábico quanto alfabético.

Nível 5: a criança desenvolve uma hipótese alfabética, que seria o estágio final dessa evolução. A criança já compreenderia que cada um dos caracteres da escrita corresponderia a valores sonoros menores que a sílaba, passando à aprendizagem de problemas referentes à ortografia.

Com a crescente popularização da *Psicogênese* já desde sua 1ª edição em espanhol, em 1979, a aferição em sala de aula dos níveis psicogenéticos de escrita tornou-se uma necessidade. No entanto, nessa obra não há um padrão nos testes realizados, visto que os excertos de relatos variam conforme a entrevista realizada com cada criança. Somente na publicação *Evolución de la escritura durante el primer año escolar*⁷, já em 1982, Ferreiro apresentará um padrão na aplicação do *método de indagação*, constituído pelo ditado de quatro palavras e uma frase para cada criança testada.

Essa publicação de 1982, realizada em parceria com Margarita Gomez Palacio, trouxe novos dados das pesquisas de Ferreiro envolvendo o início da aprendizagem da escrita pela criança. É nesse trabalho, por exemplo, que aparece a caracterização dos níveis 1 e 2 da *Psicogênese* como nível “pré-silábico” - denominação que não aparece no

7 O capítulo faz parte do estudo *Análisis de las perturbaciones en el proceso de aprendizaje escolar de la lectura y la escritura* (FERREIRO; GOMEZ PALACIO, 1982).

estudo de 1979.

Entrevistando 862 crianças mexicanas que cursavam seu primeiro ano escolar, Ferreiro e Gomez Palacio (1982) mapearam minúcias das escritas iniciais, apresentando quatro categorias e dez subcategorias para o que, na *Psicogênese*, ficou sob as etiquetas “nível 1” e “nível 2”. Pequenas variações apresentadas pelas crianças, e não registradas em pesquisa anterior (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985), agora aparecem no rol de possibilidades psicogenéticas.

Para que os professores também enxergassem os níveis psicogenéticos nas suas salas de aula de alfabetização, esse estudo de 1982 foi fundamental, pois foi o lugar em que os cursos de formação localizaram o teste das *quatro palavras e uma frase*. Nesse estudo (FERREIRO; GOMEZ PALACIO, 1982), as pesquisadoras ditavam quatro palavras e uma frase, sempre de um mesmo campo semântico, para que as crianças escrevessem sem auxílio. Nota-se que sempre foram ditadas uma palavra monossílaba, uma dissílaba, uma trissílaba e uma polissílaba, não necessariamente nessa ordem⁸. A frase, em geral, continha a palavra dissílaba que fora ditada anteriormente, de forma a verificar se a criança conservaria a escrita dessa palavra na frase, mantendo a hipótese utilizada na escrita isolada da mesma palavra. Com isso, seria possível vislumbrar se, em relação ao conhecimento da escrita, a criança teria construído o que Piaget e Szeminska (1971) chamaram de “noção de conservação”. Caso a criança registrasse da mesma forma a palavra dissílaba - que não conhece de memória tanto de forma isolada quanto na frase -, isso indicaria ao pesquisador que ela se encontra em estágio de equilíbrio e de conservação de sua hipótese de escrita.

8 Na *Psicogênese da língua escrita*, Ferreiro e Teberosky (1985) descrevem situações de pesquisa com crianças em que aparecem as bases do teste das *quatro palavras e uma frase*. No entanto, naquela pesquisa, não há um padrão nas palavras em espanhol ditadas às crianças; aparecem situações em que são ditadas, por exemplo, três dissílabas e uma frase (FERREIRO; TEBEROSKY (1985, p. 204), três dissílabas e uma trissílaba (FERREIRO; TEBEROSKY (1985, p.207), duas dissílabas, uma trissílaba e uma frase (FERREIRO; TEBEROSKY,1985,p. 210), mas nunca as tais quatro palavras de um mesmo campo semântico (dissílaba, trissílaba, polissílaba, monossílaba) e a frase contendo a palavra dissílaba. Cumpre notar que é corriqueiro encontrarmos em publicações brasileiras a referência de que esse ditado estaria na *Psicogênese da língua escrita* (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985); no entanto, a pesquisa que deu origem a este artigo mostrou que o ditado, na verdade, compõe o conjunto de experimentos publicados em Ferreiro e Gomez Palacio (1982).

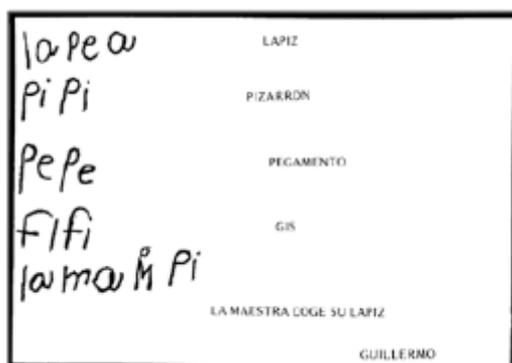


Figura 1: Origem do que ficou conhecido no Brasil como teste ou ditado das quatro palavras e uma frase.

Fonte: Ferreiro e Gomez Palacio (1982, p. 45).

Cabe registrar que, antes dessa publicação em 1982 e da tradução da *Psicogênese* para a língua portuguesa em 1985, o construtivismo pedagógico já se difundia no Brasil por outras vias. Em 1981, há registros de palestras de Ferreiro em universidades brasileiras. Marzola (1992) relata que, desde 1983, o curso de Pedagogia da UFRGS e o curso de pós-graduação em alfabetização da PUCRS, em parceria com o Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação (GEEMPA), já atuavam na formação de professores alfabetizadores privilegiando o estudo do construtivismo pedagógico. Lagôa (1991) também relata a existência de uma série de cursos de formação⁹ sobre os estudos de Ferreiro realizados na década de 1980 por várias secretarias estaduais e municipais de educação em todas as regiões do Brasil.

Foi em materiais de um desses cursos de formação, oferecido pelo GEEMPA¹⁰, que localizei uma cópia datilografada, de quatro páginas, de um resumo desse texto que contém o ditado das *quatro palavras e uma frase* (FERREIRO; GOMEZ PALACIO,

9 O *Projeto Ipê*, iniciado em 1984 pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, teria sido o primeiro curso de formação construtivista a atingir uma rede de ensino inteira no Brasil. O *Projeto* possuía cadernos de estudo dos referenciais construtivistas, que incluíam textos explicativos sobre as teorias de Emília Ferreiro, elaborados por estudiosos do assunto, como Telma Weisz, Madalena Freire e Esther Grossi - sendo esta última a presidente do GEEMPA. Em parceria com a TV Cultura, foram elaborados vídeos explicativos sobre essas teorias no final da década de 1980, que também mostravam a realização de testes psicogenéticos.

10 O curso contou com financiamento do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP (GEEMPA, 1986), sendo oferecido primeiramente no Rio Grande do Sul e, posteriormente, em outros estados brasileiros. Por ter formado muitas professoras alfabetizadoras no Brasil e por se tratar da referência mais antiga encontrada de formação de professores para utilização desse ditado é que o material do GEEMPA foi privilegiado nesta análise.

1982)¹¹. O resumo era distribuído e utilizado no curso “Alfabetização em Classes Populares”, que foi ministrado pelo GEEMPA para professores durante anos. Embora não seja possível definir com precisão a data, estima-se que tenha sido produzido entre 1983 e 1986¹². O resumo afirma trazer “técnica e material de uma prova escrita”. A descrição do ditado segue abaixo.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO - METODOLOGIA DE PESQUISA E AÇÃO - GEEMPA

Curso sobre Alfabetização

PSICOGÊNESE DA ALFABETIZAÇÃO

Análise das perturbações do processo da aprendizagem da lecto-escrita - Técnica e material de uma prova escrita*

Nesta situação da prova, pede-se aos sujeitos que escrevam uma série de quatro palavras e um (sic) frase.

A seleção das palavras deve respeitar os seguintes aspectos - elas devem pertencer a um mesmo campo semântico e não devem ser do repertório escolar usual na cartilha usada pelos sujeitos. O que se pede para ser escrito conta com uma palavra monossílaba, outra dissílaba, outra trissílaba, outra polissílaba e uma frase. Com isto, se quer avaliar se as variações da quantidade de letras é função da quantidade de sílabas, na concepção das crianças.

Exemplos:

11 Vale ressaltar que essa publicação continua sem tradução oficial em língua portuguesa até os dias de hoje.

12 O material faz parte do acervo da Profa. Dra. Norma Marzola e estava junto a outros materiais do mesmo curso, que possuíam datas entre 1983 e 1986.

1) gato

borboleta

cavalo

cão

O gato bebe leite.

2) café

margarina

xícara

pão (ou mel)

O café está na cozinha.

Para que as palavras usadas nesta prova tenham boa vinculação com as vivências dos alunos a serem avaliados, sugere-se que elas sejam escolhidas a partir de uma conversa que preceda imediatamente à prova. Durante a conversa, o experimentador vai selecionando 4 palavras que correspondam à variedade do número de sílabas (1, 2, 3, 4) e aos tamanhos dos referentes em proporção inversa ao número de sílabas.

Por exemplo: O experimentador pergunta ao aluno o que ele gosta de brincar, o que ele faz quando está em casa, com quem ele brinca ou joga, se vê televisão e quais os programas, etc... e, a partir daí, seleciona:

casa

panelinha

boneca

mãe

A menina brinca de casa.

[*seguem outros exemplos de conjuntos de palavras*]

Ao sujeito dá-se uma folha branca, tamanho ofício, e lápis, e se lhe diz: “- Agora, tu vais escrever umas coisas. Antes, mostra com tuas mãos de que tamanho é gato. Ele é maior (mais grande) ou menor (mais pequeno) que borboleta? A palavra gato, quantas letras te parece que tem?”**

Depois de sua resposta, pede-se: “- Então, escreve gato.”

Se a criança resiste, o experimentador anima-a, dizendo: “- Escreve como tu achas que se escreve. Eu sei que ainda não te ensinaram tudo. Mas, escreve como tu pensas que é.”

Deixa-se a criança escrever, sem pressioná-la nem corrigi-la, sempre animando-a a que continue.

Pode acontecer que a criança resista bastante e prefira desenhar. Deixa-se que ela desenhe e depois se pede que escreva o nome do que desenhou.

As palavras se caracterizam por apresentar o seguinte contraste: uma tem poucas sílabas mas referente grande (por exemplo, cavalo) e a outra tem mais sílabas mas um referente menor (por exemplo, borboleta).

Pergunta-se à criança se ela conhece os objetos mencionados e qual é o maior para, em seguida, pedir-lhe uma antecipação da quantidade de letras da palavra o que tem como objetivo conhecer com que hipótese a criança está regulando a quantidade de grafias com que deve escrever estas palavras.

Sabemos que há crianças que, guiando-se pelo referente das palavras, consideram que o nome de um objeto grande deve se escrever com muitas grafias e o nome de um objeto pequeno deve se escrever com poucas grafias.

Outras respostas conhecidas são as que antecipam, a partir da hipótese silábica, isto é, que consideram que o nome de um objeto deve ter tantas grafias quantas sílabas ele possui (por exemplo, abacaxi se escreve com quatro letras).

Quando as crianças utilizam a hipótese silábico-alfabética já são capazes de fonetizar algumas partes da palavra mas não outras, para as quais serve a hipótese silábica. Por exemplo, podem considerar que «gato» necessita «g» e «a» para a primeira sílaba (ga) e “o” para a segunda sílaba (to).

Só na hipótese alfabética, a criança considera que se devem escrever quantas grafias quantos fonemas tenha a palavra.

Uma vez escrita uma palavra, usa-se o mesmo procedimento para a seguinte.

Finalmente, pede-se que escreva a frase, sem nenhuma introdução especial.

A frase contém uma palavra já utilizada, exatamente para se avaliar se no contexto de uma oração a criança conserva o mesmo padrão da palavra isolada.

A separação entre palavras numa oração se apresenta como um problema especial aos alunos. Todos os professores experientes sabem que é difícil obter-se uma separação convencionalmente correta das palavras numa frase ou num texto, no final do 1º ano primário.

* Esta prova foi inspirada nos estudos de Emília Ferreiro.

** O experimentador anota o número de letras expresso pelo sujeito.

Em publicação de 1986, o GEEMPA revelava a aplicação desse ditado em 1982, na turma de projeto piloto de validação da sua proposta didática para a alfabetização. Essa turma piloto foi chamada de *Clubinho de Alfabetização*, funcionando na Vila Santo Operário, em Canoas-RS, durante um ano letivo, nas dependências da Associação de Moradores dessa região. Segundo a publicação (GEEMPA, 1986, p. 30), aplicar o ditado seria fundamental, tendo em vista que “o conhecimento pormenorizado dos níveis pelos quais passa cada criança, durante o processo de aprendizagem de cada conteúdo, constituiu elemento indispensável ao professor, aliado à sensibilidade de sintonizar com a reação típica de cada aluno”.

Já em 1992, outra publicação do GEEMPA faz referência a essa “técnica e material de uma prova escrita”, trazendo mais informações sobre as origens da popularização do teste. Conforme essa publicação, de autoria de Seffrin (1992, p. 19), o teste seria um “protocolo organizado e difundido pelo GEEMPA em suas publicações sobre a proposta de alfabetização”. Em seguida, a autora amplia as informações:

[...] um instrumento específico de avaliação do processo de alfabetização tem sido a prova das quatro palavras e uma frase. A sua utilização tem representado um momento especial de contato do professor com cada sujeito, que compõe sua turma e permite: - ao aluno explicitar as hipóteses que faz em relação à escrita; - ao professor detectar em que nível psicogenético seu aluno se encontra naquele momento. Esta prova de avaliação da escrita foi **criada por Emília Ferreiro, para sua pesquisa no campo da psicologia genética, adaptada pelo GEEMPA** e usada na sua proposta de alfabetização como instrumento de avaliação. Trata-se de uma prática, relativamente simples, que tem se mostrado de extrema utilidade, não só para embasar a intervenção didática propriamente dita, mas principalmente como fonte de aprendizagem dos professores a respeito da própria psicogênese (Seffrin, 1992, p. 19, grifo nosso).

Percorrendo a obra de Emília Ferreiro, encontra-se uma única observação da pesquisadora quanto à utilização do ditado das *quatro palavras e uma frase* nas escolas. Ela aparece em nota de rodapé, ao final do trabalho *Alfabetização de crianças e fracasso escolar - problemas teóricos e exigências sociais*, apresentado no Simpósio Latino-Americano de psicologia do desenvolvimento, realizado em Recife-PE, em novembro de 1989:

A utilização dos resultados de pesquisa como ‘testes’ escapa à responsabilidade do pesquisador: **eu não fabriqueei nenhum teste de ‘quatro palavras e uma frase’**; nem de ‘análise das partes de uma oração escrita’ e, mesmo assim, usam-se no Brasil essas expressões para designar provas utilizadas com fins diagnósticos (FERREIRO, 1993, p. 75, grifo nosso).

Ferreiro se exime da autoria do *teste*, mas indica reconhecer a utilização de suas pesquisas como fundamento desse instrumento. Não foi a primeira vez, no entanto, que a autora criticou propostas como as do GEEMPA. Em um simpósio realizado dois anos antes, em 1987, Ferreiro (1991) já havia criticado as didáticas organizadas por níveis de escrita elaboradas pela ONG gaúcha.

O fato é que o ditado/teste, e a posterior classificação dos sujeitos em níveis psicogenéticos, se posiciona nesse interstício entre psicologia do desenvolvimento e pedagogia. Pode-se argumentar que se tornou pragmático em boa parte das escolas brasileiras também por utilizar como procedimento padrão o ditado, que é parte da cultura escolar há muito tempo e, portanto, familiar aos professores.

Como mostram as orientações para a aplicação do ditado, esse procedimento propõe que as crianças expliquem suas escolhas ao escrever cada palavra. Dessa forma, ocorre uma exteriorização e documentação de processos cognitivos que antes não eram narrados da mesma forma na alfabetização. Portanto, produz-se uma visibilidade que, organizada em certa cronologia, é significada em um discurso que faz aparecer a evolução das escritas infantis até o estágio alfabético.

Acompanhando processos individuais de conceitualização da escrita alfabética na alfabetização, a professora vê-se diante de um desencaixe ao tentar promover a inclusão da heterogeneidade visível nos ditados: de um lado, há a expectativa de planejamento de atividades adaptadas para cada nível de escrita - isto é, ajustadas às hipóteses de escrita de cada criança; e, de outro, há o modo de organização estrutural e secular da maioria das instituições escolares, que viabilizam apenas o ensino simultâneo para diversas crianças em uma mesma turma.

4. Considerações finais

Este artigo apresentou uma leitura possível para as origens do ditado das *quatro palavras e uma frase* na alfabetização escolar contemporânea. Argumentou-se que um novo cenário de práticas escolares emergiu a partir do deslocamento da crença na necessidade de um período preparatório à alfabetização. Novos arranjos didáticos, portanto, também decorrem dessa prática avaliativa do ditado para responder a uma nova configuração de esforços para alfabetizar crianças em níveis heterogêneos de escrita em uma mesma turma - e não mais em turmas diferentes por nível de maturidade, como acontecia a partir da aplicação dos *Testes ABC*.

Embora com configurações diferentes, como foi analisado neste artigo, sugere-se que, como práticas avaliativas, tanto os *Testes ABC* quanto o ditado das *quatro palavras e uma frase* objetivaram contribuir à urgência histórica de oportunidades efetivas de alfabetização de todas as crianças: os *Testes ABC* em um ciclo da década de 1930 a de 1980, enquanto o ditado iniciou seu ciclo na década de 1980 e segue efetivamente sendo usado em muitas escolas.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

FERREIRO, E.; GOMEZ PALACIO, M. et al. *Análisis de las perturbaciones en el proceso de aprendizaje escolar de la lectura y la escritura*. México, DF: Dirección General de Educación Especial, 1982. Fascículo 2.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1985.

FERREIRO, E. (Org.). *Os filhos do analfabetismo: propostas para a alfabetização escolar na América Latina*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FERREIRO, E. Alfabetização de crianças e fracasso escolar: problemas teóricos e exigências sociais. In: _____. *Com todas as letras*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 55-76.

GEEMPA. *Alfabetização em classes populares*. Porto Alegre: Kuarup, 1986.

LAGÔA, A. Dez anos de construtivismo no Brasil. *Revista Nova Escola*, São Paulo, v.

6, n. 48, p. 10-18, 1991.

LOURENÇO FILHO, M. B. *Testes ABC: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita*. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

MARZOLA, N. Vanguardas pedagógicas: um projeto interinstitucional de formação de professores. In: GROSSI, E. (Org.). *Vanguardas pedagógicas: lições de um processo*. Erechim: Edelbra, 1992. p.50-51.

MELLO, M. C. O. *Emília Ferreiro e a alfabetização no Brasil: um estudo sobre a psicogênese da língua escrita*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2007.

MICOTTI, M. C. O. *Piaget e o processo de alfabetização*. São Paulo: Pioneira, 1980.

MOLL, J. *Alfabetização possível: reinventando o ensinar e o aprender*. Porto Alegre: Mediação, 1996.

MONARCHA, C. Testes ABC: origem e desenvolvimento. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, v. 1-8, p. 7-17, 2008.

MORTATTI, M. R. L. *História dos métodos de alfabetização no Brasil*. In: Seminário Alfabetização e Letramento em Debate. Brasília, DF: MEC, 2006. Trabalho apresentado.

PIAGET, J. Development and learning. *Journal of Research in Science Teaching*, v. 11, n. 3, p. 176-186, 1964.

PIAGET, J. Educação e instrução desde 1935. In: _____. *Psicologia e pedagogia: a resposta grande psicólogo aos problemas do ensino*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense

Universitária, 2013a. p. 1-121.

PIAGET, J. Os novos métodos, suas bases psicológicas. In: _____. *Psicologia e pedagogia: a resposta do grande psicólogo aos problemas do ensino*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013b. p. 123-163.

PIAGET, J.; SZEMINSKA, A. *A gênese do número na criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

ROSE, N. Psicologia como uma ciência social. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 2, p. 155-164, 2008.

SEFFRIN, L. M. Diário de bordo: ações e princípios básicos. In: GROSSI, E. (Org.). *Vanguardas pedagógicas: lições de um processo*. Erechim: Edelbra, 1992. p.11-22.

TRINDADE, I. M. F. *Identidades alfabetizandas: histórias não tão pessoais assim*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

Submetido em: 17-01-2018

Aceito em: 14-06-2018